

REVISTA DE  
**HISTÓRIA**  
**DAS IDEIAS**



REPÚBLICA

VOLUME 27, 2006

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

## OS DEPUTADOS DA Iª REPÚBLICA PORTUGUESA: INQUÉRITO PROSOPOGRÁFICO

O presente artigo apresenta os resultados do primeiro inquérito prosopográfico<sup>(1)</sup> que incide sobre o conjunto dos deputados da Iª República Portuguesa, realizado no âmbito de um projecto de investigação mais vasto, ainda em curso, sobre o recrutamento e as carreiras parlamentares no Portugal liberal<sup>(2)</sup>. A principal fonte utilizada foi a obra *Parlamentares e Ministros da Iª República (1910-1926)*, coordenada por A. H. de Oliveira Marques e co-editada pela Assembleia da República e as Edições Afrontamento em 2000, cujas informações foram cotejadas e complementadas com as provenientes de outros repertórios biográficos. O universo de estudo compreende os 751 indivíduos que foram eleitos deputados - tanto em eleições gerais, como em eleições suplementares - entre 1911 e 1926. Os dados relativos ao perfil sociodemográfico e à experiência

\* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

\*\* Universidade Autónoma de Lisboa.

\*\*\* Bolseira de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

(1) Sobre a relevância dos estudos prosopográficos, *vide*, entre outros, a recente síntese de Bernard Lacroix, "Six observations sur l'intérêt de la démarche prosopographique dans le travail historiographique", in Jean-Marie Mayeur, Jean-Pierre Chaline e Alain Corbin (dir.), *Les parlementaires de la Troisième République*, Paris, Publications de la Sorbonne, 2003, pp. 27-42.

(2) O *Recrutamento Parlamentar em Portugal, 1834-1926*, projecto de investigação dirigido por Pedro Tavares de Almeida e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (POCTI/HAR/58007/2004).

política dos deputados são agregados por legislatura e para o conjunto do período. Neste último caso, e quando se trata de características mutáveis com o tempo, tomou-se como critério de selecção da informação o momento da estreia parlamentar de cada deputado. Uma vez que a composição inicial da Câmara dos Deputados brotou directamente da Assembleia Constituinte<sup>(3)</sup>, os membros desta última e os que vieram a ser eleitos durante a primeira legislatura, nomeadamente nas eleições parciais de 1913, serão aqui analisados em conjunto.

Quadro 1 - Universo de estudo

Ano da Eleição Geral	Legislatura		N.º de Deputados Total
	N.º	Duração	
1911	A.C.* + 1. <sup>a</sup>	1911-1915	270
1915	2. <sup>a</sup>	1915-1917	155
1918	3. <sup>a</sup>	1918-1919	153
1919	4. <sup>a</sup>	1919-1921	165
1921	5. <sup>a</sup>	1921-1922	157
1922	6. <sup>a</sup>	1922-1925	164
1925	7. <sup>a</sup>	1925-1926	144
Total		1911-1926	751-

A Assembleia Constituinte reuniu entre 15 de Junho e 25 de Agosto de 1911.

\* Número real de indivíduos, independentemente dos mandatos parlamentares a cumulados.

## Mudança de regime e descontinuidade do pessoal parlamentar

A mudança abrupta de regime ocorrida em 1910, com o colapso definitivo da Monarquia e a implantação da República, implicou, a par de outras transformações de maior ou menor alcance, uma profunda depuração e substituição da "classe política", mormente a nível parlamentar. Globalmente, apenas 48 deputados (6,4% do total) da República tinham frequentado os lugares institucionais do poder no regime anterior - na sua

<sup>(3)</sup> De acordo com a Constituição aprovada em 21 de Agosto de 1911, que estabeleceu um sistema parlamentar bicameral, o Congresso ficou constituído por 163 deputados e 71 senadores. Os 234 constituintes elegeram entre si os futuros senadores, transitando os restantes para a Câmara dos Deputados.

maioria, aliás, como representantes da oposição republicana. Apenas na legislatura sidonista (1918-19), em que Monárquicos e Católicos ocuparam mais de 1/4 dos lugares do hemiciclo<sup>(4)</sup>, se observou o retomo de um número expressivo de políticos do regime deposto, ascendendo a 17% a proporção daqueles que tinham desempenhado cargos públicos antes de 1910.

Independentemente da real extensão da "adesivagem" de antigos monárquicos ao novo regime, um fenómeno denunciado na época e glosado pela historiografia contemporânea, a verdade é que ao nível da elite política a renovação foi profunda. Se bem que ainda não disponhamos de um estudo prosopográfico sistemático dos deputados da Monarquia Constitucional, algumas comparações pontuais sugerem que a ampla circulação da elite parlamentar implicou também mudanças significativas no perfil social.

Quadro 2 - Deputados da 1.ª República que desempenharam cargos políticos na Monarquia"

Cargos políticos	A.C.-1 Leg. (1911-15)		2.ª Leg. (1915-18)		3.ª Leg. (1918-19)		4.ª Leg. (1919-21)		5.ª Leg. (1921)		6.ª Leg. (1922-25)		7.ª Leg. (1925-26)		Total (1911-26)	
	N.º	% <sup>o</sup>	N.º	% <sup>o</sup>	N.º	% <sup>o</sup>	N.º	% <sup>o</sup>	N.º	% <sup>o</sup>	N.º	% <sup>o</sup>	N.º	% <sup>o</sup>	N.º	% <sup>o</sup>
Deputado	17	6,3	7	4,5	14	9,2	5	3,0	4	2,6	3	1,8	4	2,8	42	5,6
Pardo Reino	4	1,5	0	0,0	1	0,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	0,7
Governador Civil	0	0,0	0	0,0	4	2,6	1	0,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	0,5
Governador Colonial	1	0,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1
Ministro	2	0,7	0	0,0	2	1,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,7	4	0,5
Presidente de Câmara / Vereador	14	5,2	2	1,3	5	3,3	2	1,2	0	0,0	1	0,6	1	0,7	18	2,4
Total de indivíduos	27	10,0	9	5,8	16	17,0	8	4,8	4	2,6	4	2,4	5	3,5	48	6,4

\* Utilizou-se um registo múltiplo sempre que um indivíduo exerceu dois ou mais dos cargos políticos listados.

" A percentagem é calculada em relação ao total de deputados eleitos por legislatura.

\*\* A percentagem é calculada em relação ao número total de deputados (751).

A notória descontinuidade do pessoal parlamentar causada pelo advento da República em Portugal sobressai ainda mais quando comparada com o impacto das mudanças de regime na circulação da elite política na Alemanha, onde 2/5 dos membros da Assembleia Constituinte de Weimar

(4) Vide A. H. de Oliveira Marques, *A Primeira República Portuguesa. Alguns aspectos estruturais*, 2ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1975, p. 137.

(1919) tinham feito a sua socialização parlamentar no Reichstag imperial<sup>5</sup>, e em Espanha, onde cerca de 12% do total dos legisladores da 2ª República tinha participado nas últimas Cortes da *Restauración* (1875-1923)<sup>5 (6)</sup>.

## Características sociodemográficas dos deputados

### Origem geográfica

Se o centro de gravidade dos apoios sociais e políticos da Iª República se situou nas principais cidades, com realce para a capital, a maioria da sua "classe política", a nível ministerial e parlamentar, nasceu na província, no Portugal das pequenas urbes, vilas e aldeias. No conjunto dos deputados do período, 56,5% tem essa proveniência; se considerarmos apenas os 682 deputados com informação conhecida sobre a sua naturalidade, a proporção eleva-se a 62,2%.

Quadro 3 - Local de nascimento dos deputados

Local de Nascimento	A.C. + 1.ª Leg. (1911-15)		2.ª Leg. (1915-18)		3.ª Leg. (1918-19)		4.ª Leg. (1919-21)		5.ª Leg. (1921)		6.ª Leg. (1922-25)		7.ª Leg. (1925-26)		Total (1911-26)	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Lisboa	30	11,1	23	14,8	24	15,6	15	9,1	10	6,4	19	11,6	16	11,1	91	12,1
Porto	15	5,5	9	5,8	14	9,2	7	4,2	6	3,8	4	2,4	12	8,3	45	6,0
Coimbra	4	1,5	3	1,9	4	2,6	2	1,2	1	0,6	3	1,8	1	0,7	11	1,4
Outras cidades*	30	11,1	14	9,0	22	14,4	19	11,5	18	11,5	20	12,2	18	12,5	85	11,3
Resto do País	163	60,4	90	58,1	68	44,4	109	66,1	96	61,1	111	67,7	87	60,4	424	56,5
Colónias	8	3,0	9	5,8	3	2,0	3	1,8	2	1,3	4	2,4	3	2,1	18	2,4
Estrangeiro	3	1,1	1	0,6	3	2,0	1	0,6	1	0,6	0	0,0	3	2,1	8	1,0
Sem inf.	17	6,3	6	3,9	15	9,8	9	5,5	23	14,6	3	1,8	4	2,8	69	9,2
<b>Total</b>	<b>270</b>	<b>100,0</b>	<b>155</b>	<b>100,0</b>	<b>153</b>	<b>100,0</b>	<b>165</b>	<b>100,0</b>	<b>157</b>	<b>100,0</b>	<b>164</b>	<b>100,0</b>	<b>144</b>	<b>100,0</b>	<b>751</b>	<b>100,0</b>

\* Inclui as restantes capitais de distrito.

\*\* Número real de indivíduos, independentemente dos mandatos parlamentares acumulados.

<sup>(5)</sup> Vide Heinrich Best, Christopher Hausmann e Karl Schmitt, "Challenges, Failures, and Final Success: The winding path of German parliamentary leadership groups towards a structurally integrated elite, 1848-1999", in H. Best e M. Cotta (dir.), *Parliamentary Representatives in Europe, 1848-2000. Legislative recruitment and careers in eleven European countries*, Oxford, Oxford University Press, 2000, p. 184.

<sup>(6)</sup> Vide Juan Linz, Pilar Gangas e Miguel Jerez Mir, "Spanish Diputados: From the 1876 Restoration to consolidated democracy", in H. Best e M. Cotta, *ibidem*, p. 401.

Este padrão dominante de recrutamento geográfico só se atenuou na 3ª legislatura (sidonista), que registou um maior equilíbrio entre os deputados oriundos da província (44,4%) e os de extracção urbana (41,8%). As cidades de Lisboa, Porto e Coimbra forneceram então os seus maiores contingentes. A combinação de dois factores poderá ajudar a explicar o recorte mais urbano dos deputados do sidonismo: por um lado, uma origem social mais elevada; por outro, como veremos adiante, um perfil etário mais jovem.

Examinando o papel específico da capital, o baluarte do "republicanismo", é interessante observar que os lisboetas tiveram uma presença mais significativa na elite parlamentar da Monarquia do que na da Iª República<sup>(7)</sup>. O estudo das origens geográficas de uma amostra de 231 deputados eleitos entre 1851 e 1890 revelou uma acentuada sobrerrepresentação dos naturais da primeira cidade do País (21,2%)<sup>(8)</sup>. Um fenómeno semelhante verificou-se em Espanha, pelo menos no período final da *Restauración*: 24,3% dos deputados eleitos entre 1914 e 1923 eram naturais de Madrid<sup>(9)</sup>.

### *Perfil etário*

A maioria dos deputados da Iª República fez a sua iniciação na vida parlamentar quando tinha menos de 41 anos (54,8%), prevalecendo o recrutamento na faixa etária dos 31-40 anos (38,1%). A idade média dos estreantes em todo o período situou-se nos 36 anos.

<sup>(7)</sup> Este facto é congruente com os resultados apurados no estudo das origens geográficas dos ministros da Monarquia Constitucional e da Iª República: os lisboetas representavam 29,8% e 19,7%, respectivamente (*vide* Pedro Tavares de Almeida e António Costa Pinto, 'Os ministros portugueses, 1851-1999: perfil social e carreira política', in P. Tavares de Almeida, A. Costa Pinto e N. Bermeo (dir.), *Quem Governa a Europa do Sul? O recrutamento ministerial 1850-2000*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006, pp. 35-36.

<sup>(8)</sup> *Vide* Pedro Tavares de Almeida, *A Construção do Estado Liberal*, dissertação de doutoramento, Lisboa, FCSH-UNL, 1995, p. 146.

<sup>(9)</sup> *Vide* José Luis Gómez-Navarro, Javier Moreno Luzón e Fernando del Rey Reguillo, "La elite parlamentaria entre 1914 y 1923", in Mercedes Cabrera (dir.), *Con Luz y Taquígrafos. El Parlamento en la Restauración (1913-1923)*, Madrid, Taurus, 1998, p. 111. Comentando este facto, os autores afirmam que Madrid se tinha afirmado "como uma cidade claramente exportadora de profissionais da política". *Vide*, também, J. Linz et al., *ibidem*, p. 389.

Quadro 4 - Idade dos deputados

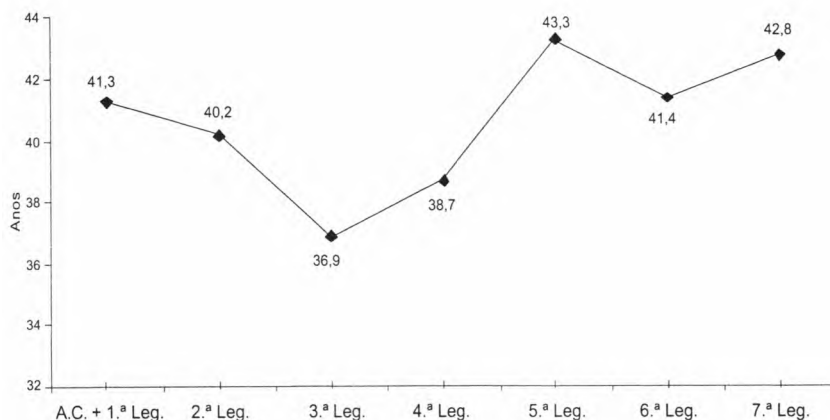
Grupos Etários	A.C. + 1.ª Leg. (1911-15)		2.ª Leg. (1915-18)		3.ª Leg. (1918-19)		4.ª Leg. (1919-21)		5.ª Leg. (1921)		6.ª Leg. (1922-25)		7.ª Leg. (1925-26)		Total* (1911-26)	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
21-30	39	14,5	12	7,7	39	25,6	20	12,1	9	5,7	16	9,8	7	4,9	125	16,6
31-40	101	37,4	72	46,5	55	35,9	64	38,8	46	29,3	60	36,6	48	33,3	286	38,2
41-50	66	24,4	47	30,3	35	22,9	52	31,5	54	34,4	65	39,6	59	41,0	189	25,0
51-60	37	13,7	15	9,7	8	5,2	20	12,1	24	15,3	20	12,2	23	16,0	72	9,6
>60	16	5,9	3	1,9	4	2,6	2	1,2	4	2,5	0	0,0	5	3,5	23	3,1
Sam inf.	11	4,1	6	3,9	12	7,8	7	4,2	20	12,7	3	1,8	2	1,4	56	7,5
<b>Total</b>	<b>270</b>	<b>100,0</b>	<b>155</b>	<b>100,0</b>	<b>153</b>	<b>100,0</b>	<b>165</b>	<b>100,0</b>	<b>157</b>	<b>100,0</b>	<b>164</b>	<b>100,0</b>	<b>144</b>	<b>100,0</b>	<b>751</b>	<b>100,0</b>

\* Número real de indivíduos, independentemente dos mandatos parlamentares acumulados. Considera-se aqui a idade dos deputados à data da sua primeira eleição.

A análise diacrónica dos dados mostra que, desde 1911 até 1921, em todas as legislaturas mais de metade dos seus membros tinha menos de 41 anos, registando-se também as médias etárias mais baixas. Por sua vez, nas três últimas legislaturas (1921-1926) verificou-se um relativo envelhecimento do perfil etário, que se traduziu no predomínio relativo dos "quarentões" e na elevação da idade média. A 3ª legislatura (1918-19) foi, vincadamente, a mais jovem de todas, indiciando que o sidonismo esteve associado a uma renovação geracional<sup>(10)</sup>. Destaque-se o facto de 1/4 dos deputados provir do escalão etário mais baixo (21-30 anos). Simetricamente, a 5ª legislatura - a única em que os conservadores republicanos, então agrupados no Partido Liberal, foram a força política maioritária - foi a que evidenciou, na média de idades (43 anos), uma maior veteranaria. Se individualizarmos a categoria dos mais idosos, que inclui os sexagenários e alguns septuagenários, e que tem em geral uma expressão residual, a proporção mais elevada (5,9%) registou-se na Assembleia Constituinte.

<sup>(10)</sup> Refira-se, a propósito, que o ministério presidido por Sidónio Pais foi também o mais jovem da Iª República (*vide* A. H. de Oliveira Marques, "Estudos sobre Portugal no século XX: aspectos do poder executivo", *O Tempo e o Modo*, 1967-69).

Gráfico 1- Idade média dos deputados



Em termos médios, a precocidade do recrutamento parlamentar na Iª República ressurta com maior nitidez da comparação com alguns exemplos europeus. Na mesma época, tanto no Reino Unido<sup>(11)</sup> como na Holanda<sup>(12)</sup>, a idade média dos deputados estreantes aproximava-se dos 50 anos. Na 3ª República Francesa, e considerando as diferenças regionais, o início das carreiras parlamentares na Câmara dos Deputados situou-se em média entre os 45 e os 47 anos<sup>(13)</sup>. No caso holandês, tal como sucedia em outros países<sup>(14)</sup>, não pode ser ignorado o impacto das restrições legais quanto à elegibilidade; entre 1848 e 1963 só podia candidatar-se a deputado quem tinha no mínimo 30 anos. Mas, nos três exemplos citados, o factor decisivo que explica a tardia socialização parlamentar é a importância que

<sup>(11)</sup> Vide Michael Rush e Valerie Cromwell, "Continuity and Change: Legislative recruitment in the United Kingdom, 1868-1999", in H. Best e M. Cotta, *ibidem*, p. 487.

<sup>(12)</sup> Vide Ineke Seeker, "Representatives of the Dutch People: The smooth transformation of the parliamentary elite in a consociational democracy, 1849-1998", in H. Best e M. Cotta, *ibidem*, p. 290.

<sup>(13)</sup> Vide Sylvie Guillaume e Bernard Lachaise, "Essai de synthèse régionale", in J.-M. Mayeur *et al.* (dir.), *ibidem*, p. 81.

<sup>(14)</sup> Por exemplo, na Itália liberal a idade mínima para se ser elegível como deputado estava fixada nos 30 anos, e na Espanha da *Restauración* nos 25 anos. Em Portugal a fasquia legal situava-se nos 21 anos.



tinha uma sólida experiência nas instituições do poder local no itinerário político dos aspirantes a deputados. Em Portugal - à semelhança, aliás, do que sucedia em Espanha - a entrada no Parlamento não era tanto um ponto de chegada, mas o ponto de partida de uma carreira política que podia conduzir a posições mais elevadas (ministro, por exemplo).

### *Qualificações académicas*

A esmagadora maioria dos deputados tinha uma elevada formação académica, certificada por um diploma universitário ou de nível equivalente. Do total de 751 deputados, um pouco mais de 3/4 tinha estudos superiores, restando todavia um considerável número de casos em que se desconhece o percurso escolar. Se considerarmos, por isso, os 637 deputados com habilitações académicas conhecidas, a proporção dos que cursaram a universidade e/ou outros estabelecimentos de ensino superior rondou os 90%. Um valor sensivelmente idêntico ao que foi apurado numa investigação prosopográfica sobre 233 deputados eleitos entre 1851 e 1890<sup>(15)</sup>, o que sugere ter havido um padrão de continuidade no nível de educação da elite parlamentar dos regimes monárquico e republicano. Quanto aos locais de estudo, as informações que dispomos para 471 deputados indicam que 60,5% cursaram a Universidade de Coimbra, 30,8% os estabelecimentos de ensino superior de Lisboa (com relevo para a Escola do Exército) e 7,6% os do Porto. Houve ainda 5 deputados (1,1%) que fizeram os seus estudos no estrangeiro. Apesar de o centenário monopólio da Universidade de Coimbra ter sido quebrado em 1911, com a criação de dois novos polos universitários, um na capital e outro no Porto, até ao final da 1ª República foi secundário o papel desempenhado pela Faculdade de Direito de Lisboa ou pelo Instituto Superior Técnico na formação e socialização académicas da elite política.

Nos parlamentos europeus coevos, o peso dos diplomados com um curso superior era variado. Em Espanha, segundo indica uma amostra dos deputados às Cortes entre 1914 e 1923, representavam quase 90%<sup>(16)</sup>.

<sup>(15)</sup> Vide P. Tavares de Almeida, *ibidem*, p. 152.

<sup>(16)</sup> Vide J. L. Gómez Navarro *et al*, *ibidem*, pp. 115-116. O estudo de Juan Linz *et al*, atrás citado, não apresenta para a 2ª República informações concretas sobre os deputados com estudos superiores.

Na 3ª República Francesa o predomínio era menos acentuado e declinou com o tempo (81% entre 1893 e 1919; 70,9% entre 1919-1940)<sup>(17)</sup>; na Holanda, no período de entre-guerras, a proporção de deputados com instrução universitária estabilizou entre os 40% e os 50%<sup>(18)</sup>; e na Alemanha, no ocaso da República de Weimar, cifrou-se apenas em cerca de 30%<sup>(19)</sup>.

Examinando agora, no caso português, os dados relativos à especialização académica dos deputados com estudos superiores, detectam-se três áreas principais, com a tradicional e indisputável supremacia da formação jurídica e uma presença expressiva das formações militar e médica. Num universo de 581 deputados, 41,1% eram bacharéis ou licenciados em Direito, enquanto os oriundos das escolas militares (21,5%) e médicas (20,5%) ocupavam uma posição relativa quase idêntica.

Quadro 5 - Especialização académica dos deputados com estudos superiores

Área de Formação Académica	A.C.+1.ª Leg. (1911-15)		2.ª Leg. (1915-18)		3.ª Leg. (1918-19)		4.ª Leg. (1919-21)		5.ª Leg. (1921)		6.ª Leg. (1922-25)		7.ª Leg. (1925-26)		Total* (1911-26)	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Agronomia/ Veterinária	4	1,8	3	2,3	4	3,2	2	1,5	1	0,9	2	1,5	4	3,5	11	1,9
Direito	69	31,5	54	41,8	58	46,8	59	44,4	50	42,7	64	47,1	57	50,4	239	41,1
Engenharia	7	3,2	3	2,3	6	4,8	7	5,3	8	6,8	4	2,9	5	4,4	24	4,1
Farmácia	7	3,2	2	1,5	0	0,0	5	3,7	3	2,6	2	1,5	0	0,0	11	1,9
Humanidades**	8	3,7	6	4,7	4	3,2	4	3,0	4	3,4	4	2,9	3	2,7	18	3,1
Matemática / Ciências Nat.	5	2,3	2	1,5	3	2,4	8	6,0	7	6,0	7	5,1	9	8,0	23	4,0
Medicina	63	28,8	27	20,9	18	14,5	21	15,8	22	18,8	17	12,5	18	15,9	119	20,5
Militar***	52	23,7	30	23,3	29	23,4	22	16,5	21	17,9	35	25,7	14	12,4	125	21,5
Outra	1	0,5	1	0,8	2	1,6	1	0,8	1	0,9	1	0,7	1	0,9	4	0,7
Sem inf.	3	1,3	1	0,8	0	0,0	4	3,0	0	0,0	0	0,0	2	1,8	7	1,2
<b>Total</b>	<b>219</b>	<b>100,0</b>	<b>129</b>	<b>100,0</b>	<b>124</b>	<b>100,0</b>	<b>133</b>	<b>100,0</b>	<b>117</b>	<b>100,0</b>	<b>136</b>	<b>100,0</b>	<b>113</b>	<b>100,0</b>	<b>581</b>	<b>100,0</b>

\* Número real de indivíduos, independentemente dos mandatos parlamentares acumulados.

\*\* Inclui os licenciados pelo Curso Superior de Letras de Lisboa e pela Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra.

\*\*\* Inclui os militares que têm licenciatura em Medicina.

(17) Vide Éric Anceau, "Les écoles du Parlement. Les types de formation des parlementaires", in J.-M. Mayeur *et al.* (dir.), *ibidem*, p. 194.

(18) Vide I. Seeker, *ibidem*, p. 292.

(19) Vide H. Best, C. Hausmann e K. Schmitt, *ibidem*, p. 173.

O peso dos juristas foi em todas as legislaturas superior a 2/5, com a excepção da Assembleia Constituinte/Iª legislatura, onde atingiu o valor mínimo (31,5%); a proporção mais elevada registou-se na 7ª legislatura (50,4%). A presença dos militares com uma formação académica de nível superior manteve-se estável até à 3ª legislatura e depois teve oscilações; a sua representação parlamentar mais forte ocorreu na 6ª legislatura (25,7%) e a mais fraca na 7ª e última legislatura (12,4%). Os formados em Medicina tiveram uma projecção invulgar (28,8%) na Assembleia Constituinte/Iª legislatura, ameaçando então a tradicional hegemonia dos juristas, e registaram a participação mais fraca na 6ª legislatura (12,5%).

### *Profissão*

A grelha das formações académicas não se projecta directa e mecanicamente na estrutura ocupacional de um grupo (por exemplo, há diplomados em Direito ou em Medicina que são proprietários rurais e funcionários públicos administrativos), mas, como é óbvio, tende a existir uma elevada congruência entre os percursos escolares e as oportunidades e itinerários profissionais. Não surpreende, por isso, que as profissões jurídicas (advogados, notários e juizes), militar e médica fossem as principais feiras de recrutamento dos deputados da Iª República.

Ao longo do tempo, os "homens de leis" - em particular, os advogados - têm sido omnipresentes na vida parlamentar de muitos países. A sua natural vocação (devido às competências técnicas, aptidões oratórias, hábitos de negociação e disponibilidade de tempo) para a actividade política, em especial no desempenho de funções representativas e legislativas, foi há muito diagnosticada por Max Weber e é um tema amplamente descrito na literatura sobre elites. Em Portugal, durante a Iª República, os deputados provenientes do mundo das profissões jurídicas (onde se poderiam também incluir alguns professores de Direito que eram eminentes causídicos) excederam 1/5 do total<sup>(20)</sup>, e apenas na Assembleia Constituinte/

<sup>(20)</sup> Recorde-se que na Monarquia Constitucional, na Câmara dos Deputados saída da eleição geral de 1890 a proporção conjunta dos juizes (12,5%) e dos advogados (11%) correspondeu a 22,5% (*vide* Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista, 1868-1890*, Lisboa, Difel, 1991, p. 185).

Quadro 6 - Profissão principal dos deputados

Categoria Profissional	A.C.+ 1.ª Leg. (1911-15)		2.ª Leg. (1915-18)		3.ª Leg. (1918-19)		4.ª Leg. (1919-21)		5.ª Leg. (1921)		6.ª Leg. (1922-25)		7.ª Leg. (1925-26)		Total (1911-26)	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Advogado/Notário	41	15,2	36	23,1	33	21,3	40	24,2	26	16,6	37	22,6	34	23,6	142	18,9
Escritor/Jornalista	14	5,2	5	3,2	6	3,8	3	1,8	2	1,3	1	0,6	4	2,8	25	3,3
Fune. Pubi. Superior **	7	2,6	9	5,8	2	1,3	11	6,7	5	3,2	3	1,8	5	3,5	18	2,4
Fune. Pubi. Médio	13	4,8	10	6,4	7	4,5	19	11,5	11	7,0	11	6,7	12	8,3	49	6,5
Juiz	9	3,3	7	4,5	3	2,0	6	3,6	8	5,1	12	7,3	9	6,3	26	3,5
Médico/ Farmacêutico	50	18,5	23	14,7	9	5,9	18	10,9	14	8,9	10	6,1	10	6,9	88	11,7
Médico Militar	7	2,6	2	1,3	6	3,9	4	2,4	7	4,5	5	3,0	5	3,5	21	2,8
Militar/Armada	21	7,8	9	5,8	4	2,6	4	2,4	6	3,8	7	4,3	4	2,8	37	4,9
Militar/Exército	36	13,3	21	13,5	28	18,3	17	10,3	18	11,5	31	18,9	15	10,4	105	14,0
Negociante/ Industrial	8	3,0	2	1,3	5	3,3	6	3,6	6	3,8	7	4,3	9	6,3	28	3,7
Padre	1	0,4	4	2,6	2	1,3	1	0,6	0	0,0	0	0,0	1	0,7	6	0,8
Professor**	15	5,6	12	7,7	6	3,9	13	7,9	10	6,5	9	5,5	14	9,7	46	6,1
Prof. Univ.	16	5,9	2	1,3	9	5,9	8	4,7	8	5,1	11	6,7	4	2,7	36	4,8
<i>Direito</i>	2	0,7	1	0,6	4	2,6	1	0,6	1	0,6	5	3,0	2	1,4	12	2,6
<i>Medicina</i>	6	2,2	0	0,0	1	0,7	0	0,0	1	0,6	1	0,6	0	0,0	7	0,9
Prop. Rural	13	4,8	5	3,3	17	11,1	4	2,4	12	7,6	9	5,5	11	7,6	49	6,5
Outras	10	3,7	3	1,9	3	2,1	8	4,9	5	3,2	4	2,4	4	2,9	21	2,8
Sem inf.	9	3,3	6	3,8	13	8,6	3	1,9	19	12,0	7	4,3	3	2,1	54	7,2
<b>Total</b>	<b>270</b>	<b>100,0</b>	<b>156</b>	<b>100,0</b>	<b>153</b>	<b>100,0</b>	<b>165</b>	<b>100,0</b>	<b>157</b>	<b>100,0</b>	<b>164</b>	<b>100,0</b>	<b>144</b>	<b>100,0</b>	<b>751</b>	<b>100,0</b>

\* Número real de indivíduos, independentemente dos mandatos parlamentares acumulados.

\*\*Para além dos directores-gerais e outras chefias administrativas dos ministérios, inclui na 3.ª legislatura um diplomata (Camilo Castelo Branco).

\*\*\* Professor do ensino primário e do ensino secundário.

\*\*\*\* Em itálico aparecem as duas subcategorias mais representativas.

/1ª Legislatura e na 3ª legislatura (sidonista) não foram a categoria mais representada. A proporção mais elevada, cerca de 30%, foi alcançada nas duas últimas legislaturas do regime republicano. O predomínio dos profissionais do Direito, mormente dos advogados, foi muito mais acentuado nos parlamentos de outros países. Em França, entre 1885 e 1936, 27% dos deputados provinham da advocacia<sup>(21)</sup>; em Espanha, foram

(21) Vide Heinrich Best e Daniel Gaxie, "Detours to Modernity: Long-term trends of parliamentary recruitment in Republican France, 1848-1999", in H. Best e M. Cotta, *ibidem*, p. 107.

o grupo profissional mais representado nas Cortes, tanto na fase final da *Restauración*<sup>(22)</sup> como na 2ª República<sup>22</sup> (23) (mais de 1/3 dos deputados), o mesmo sucedendo em Itália, onde nos dois últimos Parlamentos liberais rondaram os 45%<sup>(24)</sup>. Exemplo contrastante era o do Reichstag, pois como já observara Weber e estudos empíricos recentes confirmaram, "a fraca representação dos advogados [...] foi um traço persistente da vida política alemã"<sup>(25)</sup>.

Menos vulgar no panorama europeu era, no entanto, a quantidade de militares<sup>(26)</sup> e médicos que povoaram a Câmara dos Deputados na 1ª República Portuguesa. Os primeiros, independentemente do ramo ou especialidade, forneceram cerca de 22% do total de representantes, sendo o grupo profissional mais numeroso na Assembleia Constituinte/1ª legislatura e na 3ª legislatura (sidonista). Todavia, foi na 6ª legislatura (1922-25) que a sua proporção foi mais elevada (26,2%)<sup>(27)</sup>. O protagonismo dos militares tanto no Parlamento, como sobretudo no Governo (45% dos ministros)<sup>(28)</sup>, testemunha o seu activo envolvimento na fundação do regime republicano e nas sucessivas crises políticas que o abalaram. No que diz respeito ao elevado contingente de médicos (e alguns farmacêuticos) que foram deputados, sobretudo entre 1911 e 1918, tratou-se de uma relativa

(22) Vide J. L. Gómez Navarro *et al.*, *ibidem*, pp. 115-120.

(23) Vide J. Linz *et al.*, *ibidem*, pp. 412-417.

(24) Vide Fulvio Cammarano, "Une occupation agréable et rentable: recherche sur les députés de l'Italie libérale", in J.-M. Mayeur *et al.* (dir.), *ibidem*, p. 410; vide também Maurizio Cotta, Alfio Mastropaolo e Luca Verzichelli, "Parliamentary elite transformations along the discontinuous road of democratization: Italy, 1861-1999", in H. Best e M. Cotta, (dir.), *ibidem*, pp. 236-239 e 244-245.

(25) H. Best, C. Hausmann e K. Schmitt, *ibidem*, p. 166.

(26) Vide Paulo Guiñóte, "Os militares no Parlamento da I República", in Comissão Portuguesa de História Militar, *IX Colóquio: Os Militares na Sociedade Portuguesa*, Lisboa, 1999, pp. 395-435.

(27) Confrontando os Quadros 5 e 6 observam-se discrepâncias mais ou menos significativas nos números relativos aos militares. O motivo é que no Quadro 5 só figuram os militares que, comprovadamente, fizeram estudos superiores, quer na Escola do Exército e na Escola Naval, quer na Universidade. Sempre que as fontes consultadas não permitiram esclarecer ou documentar o nível de formação académica dos militares, estes foram classificados na nossa Base de Dados na categoria "sem informação".

(28) Vide P. Tavares de Almeida e A. Costa Pinto, *ibidem*, p. 41.

singularidade nacional, que só teve talvez paralelo em França<sup>(29)</sup>. Não sendo um fenómeno inteiramente novo (em 1890, por exemplo, os médicos constituíam 12,5% do total dos eleitos)<sup>(30)</sup>, assumiu uma dimensão inusitada na fase inicial do regime republicano (quase 1/5 dos deputados)<sup>(31)</sup>. Refira-se ainda que a maioria dos médicos foi eleita nas listas do Partido Democrático e fora dos grandes centros urbanos.

Quanto à representação parlamentar dos outros grupos ocupacionais, sublinhe-se a importância relativa do conjunto dos professores (cerca de 11% do total dos deputados) e o fraco peso do funcionalismo público administrativo, dos proprietários rurais e dos negociantes e industriais. Estes últimos só adquiriram alguma expressão (6,3%) na última legislatura, saída da eleição geral de 1925, na qual a União dos Interesses Económicos apresentou listas próprias, elegendo 6 deputados. Por sua vez, os proprietários rurais alcançaram a sua maior representação parlamentar (11,1%) na legislatura sidonista.

### **Cursus honorum político dos deputados**

A esmagadora maioria dos deputados da Iª República (c. 80%) fez a sua estreia parlamentar sem ter qualquer experiência em outras arenas institucionais do poder. Contrariamente ao que sucedia na maioria dos outros países europeus<sup>(32)</sup>, o desempenho de cargos políticos a nível local

<sup>(29)</sup> Entre 1877 e 1914 a representação dos médicos estabilizou nos 10%-12% (*vide*, em especial, Jack D. Ellis, *The physician-legislators of France. Medicine and politics in the early Third Republic, 1870-1914*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990, p. 4). Em Espanha, os médicos também tiveram relevância parlamentar na 2ª República, sobretudo na primeira (10,3%) e última legislaturas (8,9%) (*vide* J. Linz *et al.*, *ibidem*, p. 417).

<sup>(30)</sup> *vid.*, p Tavares de Almeida, *Eleições e Caciquismo...*, p. 185.

<sup>(31)</sup> *Vide* "Médicos nas Constituintes", *A Medicina Contemporânea*, vol. XXIX (24), 1911. De assinalar que na eleição geral de 1915 candidataram-se mais de 50 médicos (*vide* "Variedades", *ibidem*, vol. XXXIII (24), 1915, q. 97).

<sup>(32)</sup> *Vide*, por todos, H. Best e M. Cotta, *ibidem*. Na vizinha Espanha, o estudo da elite parlamentar entre 1914 e 1923 revela igualmente que a maioria tem um "cursus honorum alejado de las instituciones locales", mas essa desvinculação não era tão acentuada como em Portugal: um pouco mais de 1 /4 dos deputados às Cortes da *Restauración* tinha iniciado nos *ayuntamientos* e *diputaciones provinciales* a sua trajectória política ascendente (*vide* J. L. Gómez Navarro *et al*, *ibidem*, p. 122).

e regional não era, de modo algum, um requisito importante na selecção e recrutamento dos parlamentares. Dos 751 deputados, apenas uma pequena minoria tinha exercido funções municipais (7,7%) ou de governador civil (8,3%) quando pela primeira vez tomou assento no hemiciclo de S. Bento. Na fase final do regime republicano observa-se, todavia, uma tendência para a valorização desse "capital político" no *cursus honorum* dos parlamentares, que tem a sua expressão mais elevada na última legislatura, onde 19,4% dos representantes já tinham governado um distrito e 18,1% integrado um executivo camarário.

Quadro 7 - Cargos políticos previamente exercidos pelos deputados\*

Cargos Políticos	A.C.-1.ª Leg. (1911-15)		2.ª Leg. (1915-18)		P. Leg. (1918-19)		4.ª Leg. (1919-21)		5.ª Leg. (1921)		6.ª Leg. (1922-25)		7.ª Leg. (1925-26)		Total <sup>1</sup> (1911-26)	
	N.º	% <sup>2</sup>	N.º	% <sup>2</sup>	N.º	% <sup>2</sup>	N.º	% <sup>2</sup>	N.º	% <sup>2</sup>	N.º	% <sup>2</sup>	N.º	% <sup>2</sup>	N.º	% <sup>2</sup>
Deputado	-	-	79	51,0	14	9,2	73	44,8	88	56,1	114	67,9	89	61,8	-	-
Senador	-	-	3	1,9	2	1,3	5	3,0	3	1,9	4	2,4	3	2,1	7	0,9
Governador Civil	15	5,6	17	11,0	8	5,2	25	15,8	14	8,9	25	15,2	28	19,4	62	8,3
Gov. Colonial	1	0,4	3	1,9	1	0,7	4	2,4	1	0,6	3	1,8	0	0,0	7	0,9
Ministro	9	3,3	11	7,1	5	3,3	19	12,1	33	21,0	43	26,1	39	27,1	28	3,7
Presidente de Câmara/Vereador	12	4,4	10	6,5	7	4,6	13	7,9	13	8,3	13	7,9	26	18,1	58	7,7
Exerceram cargos políticos	38	14,1	95	61,3	31	20,3	99	60,0	102	65,0	133	81,1	110	76,4	151	20,1
Não exerceram cargos políticos	232	85,9	60	38,7	122	79,7	66	40,0	55	35,0	31	18,9	34	23,6	60	7,9
<b>Total</b>	<b>270</b>	<b>100,0</b>	<b>155</b>	<b>100,0</b>	<b>153</b>	<b>100,0</b>	<b>165</b>	<b>100,0</b>	<b>157</b>	<b>100,0</b>	<b>164</b>	<b>100,0</b>	<b>144</b>	<b>100,0</b>	<b>751</b>	<b>100,0</b>

<sup>1</sup> Consideram-se apenas os cargos políticos exercidos na 1ª República. "Utilizou-se um registo múltiplo sempre que um indivíduo exerceu dois ou mais dos cargos políticos listados.

<sup>2</sup> As percentagens são sempre calculadas em relação ao total de deputados eleitos por legislatura.

Número real de indivíduos, independentemente dos mandatos parlamentares acumulados. Considera-se aqui a experiência prévia dos deputados à data da sua primeira eleição.

Se foram raros aqueles que já tinham sido governantes quando ingressaram pela primeira vez na Câmara dos Deputados (3,7% em todo o período), inversamente o tirocínio parlamentar fez parte do itinerário de carreira da maioria dos ministros (60%)<sup>(33)</sup>, em especial dos que eram

(33) Vide P. Tavares de Almeida e A. Costa Pinto, *ibidem*, p. 48.

civis. De sublinhar também que no período do pós-guerra tendeu a aumentar a proporção de deputados que tinha experiência ministerial, atingindo nas duas últimas legislaturas 21% e 26%, respectivamente.

A Assembleia Constituinte e a legislatura sidonista, ambas associadas a momentos de "ruptura" e a uma profunda renovação do pessoal parlamentar, foram naturalmente as duas câmaras de representantes que ostentaram uma maior inexperiência política dos seus membros.

### *Carreira parlamentar*

O traço dominante das carreiras parlamentares na Iª República é a sua precariedade e curta duração: quase 2/3 dos deputados foram eleitos para um único mandato. Se bem que alguns destes tenham depois ingressado no Senado, a proporção de membros do Congresso bicameral que exerceram apenas um mandato electivo, fosse como deputado ou como senador, cifra-se ainda assim em 56%. Por sua vez, os deputados "veteranos", que acumularam três ou mais mandatos (sucessivos ou descontínuos), representam apenas 14% do total. Esta situação contrasta claramente com o padrão de estabilidade observado no regime monárquico, no período entre 1851 e 1890, quando só cerca de 1/3 dos deputados foi eleito uma única vez, enquanto 46% o foram três ou mais vezes<sup>(34)</sup>. De assinalar ainda que durante a Iª República nenhum deputado fez o pleno das sete legislaturas.

Nüma breve comparação internacional, podem convocar-se dois exemplos bem documentados e que ilustram situações divergentes. Assim, na 3ª República Francesa 46% dos deputados tiveram só um

<sup>(34)</sup> Vide P. Tavares de Almeida, *A Construção do Estado...*, p. 143. No Reino Unido, onde o tempo médio de socialização parlamentar dos deputados era elevado, entre 1868 e 1899 apenas foram eleitos para um único mandato 8% dos deputados conservadores e 15% dos deputados liberais; entre 1900 e 1917, as percentagens equivalentes foram 6,5% e 20%, respectivamente, sendo que a partir do início do século XX as oportunidades de reeleição dos deputados liberais ficaram mais prejudicadas devido à concorrência directa com os candidatos do recém-criado Partido Trabalhista (vide Michael Rush, *The Role of the Member of Parliament Since 1868*, Oxford, Oxford University Press, 2001, p. 132)



mandato e 33% acumularam três ou mais<sup>(35)</sup>, ao passo que na efémera 2ª República Espanhola um pouco mais de 2/3 dos deputados (68%) participaram apenas em uma das três legislaturas<sup>(36)</sup>. Como sublinhou Juan Linz, a propósito da experiência espanhola, uma elevada circulação do corpo de deputados e - agravada pela prematura dissolução das legislaturas - a instabilidade e brevidade das suas carreiras são factores que inibiram a institucionalização e profissionalização das funções parlamentares, afectando negativamente a eficácia do processo legislativo e a capacidade política de gerar governos e coligações estáveis<sup>(37)</sup>. Uma reflexão que ajuda também a explicar a dinâmica parlamentar e política da 1ª República Portuguesa.

Quadro 8 - Duração das carreiras parlamentares na 1.ª República\*

N.º de mandatos	Na Câmara dos Deputados		No Senado		No Congresso	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1	488	65,0	205	69,1	520	56,1
2	158	21,0	48	16,2	230	24,8
3	46	6,1	21	7,1	82	8,8
4	35	4,7	9	3,0	52	5,6
5	19	2,5	8	2,7	25	2,7
6	5	0,7	5	1,7	15	1,6
7	0	0,0	0	0,0	4	0,4
Total	751	100,0	296	100,0	928	100,0

\* Não se consideram as carreiras parlamentares iniciadas na Monarquia.

Se exceptuarmos a Assembleia Constituinte, a 3ª legislatura (sidonista) foi aquela em que houve uma maior renovação (*turnover*) parlamentar: 90,8 % dos deputados eram estreantes. Na 4ª legislatura a proporção de

<sup>(35)</sup> Vide Mattéi Dogan, "La stabilité du personnel parlementaire sous la Troisième République", *Revue française de science politique*, vol. III (2), 1953, p. 323.

<sup>(36)</sup> Vide J. Linz et al., *ibidem*, p. 431.

<sup>(37)</sup> *Ibidem*, p. 432.

novos deputados foi ainda superior a metade (55,2%). Inversamente, a 6ª e a 7ª legislaturas foram, por ordem decrescente, as que acolheram uma menor quantidade de neófitos (30,9% e 37,8%, respectivamente). É de sublinhar, aliás, que na Europa de entre-guerras, assolada por grande turbulência social e política, a circulação das elites parlamentares foi em geral muito intensa. Por exemplo, em França apenas numa legislatura a proporção dos estreantes foi inferior a 40%<sup>(38)</sup>, e no Reino Unido, nas seis eleições realizadas entre 1922 e 1935, o *turnover* na Câmara dos Comuns situou-se em média nos 44%<sup>(39)</sup>.

Quadro 9 - Deputados estreantes por legislatura

Legislaturas	Deputados	Deputados estreantes **	
		N.º	%
A.C. + 1.ª	270	270	100,0
2.ª	155	76	49,0
3.ª	153	139	90,8
4.ª	165	91	55,2
5.ª	157	70	44,6
6.ª	165	51	30,9
7.ª	143	54	37,8

\* Número total de deputados eleitos em cada legislatura.

\*\* Não se considera a experiência parlamentar na Monarquia.

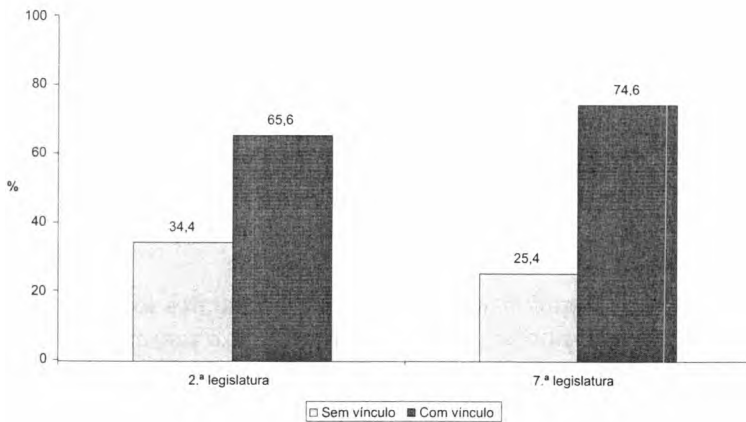
Durante a 1ª República as carreiras parlamentares foram, em geral, curtas e instáveis; porém, a análise espacial da representação política nesse período revela um elevado grau de solidez e estabilidade dos vínculos territoriais dos deputados.

<sup>(38)</sup> Vide H. Best e D. Gaxie, *ibidem*, p. 111.

<sup>(39)</sup> Vide M. Rush, *ibidem*, p. 79. Um contraste elucidativo é-nos dado pelo valor médio do *turnover* nas quinze eleições realizadas para a Câmara dos Comuns entre 1945 e 1997: 27,1%.

Por um lado, como testemunham os dados apurados para duas legislaturas, uma ampla maioria dos seus membros tinha uma ligação (por múltiplas razões: nascimento, laços familiares, local dos estudos e actividade profissional) ao círculo por onde foram eleitos. Assim, na 2ª e 7ª legislaturas perfaziam, respectivamente, 2/3 e 3/4 dos deputados, sendo o vínculo predominante o da naturalidade. A estes "filhos da terra" contrapunha-se uma minoria expressiva, mas em aparente declínio, de deputados "paraquedistas" (na terminologia actual), que não tinham qualquer ligação consistente com os círculos por onde foram eleitos. Na época, tanto em Espanha<sup>(40)</sup> como em França<sup>(41)</sup>, a representação política tinha sólidas raízes locais e regionais; pelo contrário, no Reino Unido, apesar da generalização dos pequenos círculos uninominais, era fraca a percentagem de deputados que tinham um vínculo directo ao seu círculo de eleição (cerca de 30%, tanto em 1900 como em 1918)<sup>(42)</sup>.

Gráfico 2 - Vínculo territorial aos círculos de eleição dos deputados da 2ª e da 7ª legislaturas (%)



(40) Vide J. L. Gómez Navarro *et al.*, *ibidem*, p. 122 ss.

(41) Vide em particular, S. Guillaume e B. Lachaise, *ibidem*, pp. 65-85.

(42) Vide M. Rush, *ibidem*, p. 204. Para uma análise comparativa mais ampla e uma conceptualização das relações entre território e representação política, vide Mogens N. Pederson, Ulrik Kjaer e Kjell A. Eliassen, "The geographical dimension of parliamentary recruitment: among native sons and parachutists", in M. Cotta

Por outro lado, na Iª República a mobilidade espacial dos mandatos parlamentares foi relativamente fraca. Dos 262 deputados que foram reeleitos, dispomos de informações completas sobre 234: destes, mais de metade (53,8%) representou sempre o mesmo círculo e 2/5 (39,7%) representou dois círculos - em geral, situados na mesma área regional. Os verdadeiros deputados "migrantes", cuja carreira parlamentar não teve uma base territorial estável, foram uma pequena minoria.

e H. Best (dir.), *Democratic Representation in Europe: Diversity, change and convergence*, Oxford, Oxford University Press (no prelo). Uma versão preliminar deste texto está disponível on-line no portal do Centre for European and Asian Studies, Norwegian School of Management [<http://epiweb.bi.no/upload/04-04-Elites.pdf>].